

RELATO DE EXPERIÊNCIA

PARTO HUMANIZADO: EXPERIÊNCIAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

HUMANIZING LABOR: EXPERIENCES IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM

PARTO HUMANIZADO: EXPERIENCIAS EN EL SISTEMA ÚNICO DE SALUD

Júnia Aparecida Laia da Mata Fujita¹
Antonietta Keiko Kakuda Shimo²

¹ Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Membro do Grupo de Pesquisas em Saúde da Mulher e do Recém-nascido FENF/UNICAMP. Campinas, SP – Brasil.

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora da Faculdade de Enfermagem da UNICAMP. Membro do Grupo de Pesquisas em Saúde da Mulher e do Recém-nascido FENF/UNICAMP. Campinas, SP – Brasil.

Autor Correspondente: Júnia Aparecida Laia da Mata Fujita. E-mail: jumata.2905@gmail.com
Submetido em: 11/09/2014 Aprovado em: 08/10/2014

RESUMO

Objetivou-se neste estudo relatar a experiência da criação, produção e divulgação de um documentário popular sobre parto humanizado no SUS com a finalidade de informar a população. O filme é constituído de depoimentos de usuários atendidos em uma maternidade pública de Curitiba, Paraná, e de profissionais de saúde da instituição. Contém cenas do cuidado realizado, fundamentado nas boas práticas preconizadas pela OMS. Após a análise das gravações, emergiram quatro categorias: a) o parto como um momento sagrado para a mulher e para o bebê. O que temos feito nesse processo?; b) gestão comprometida com a humanização da atenção ao parto; c) utilização das boas práticas na atenção ao parto e nascimento; d) a percepção das mulheres e de seus acompanhantes. Constatou-se o quanto a utilização da tecnologia digital pode contribuir para a sensibilização da população para questões relacionadas à saúde, neste caso, o parto e o nascimento; para a maior visibilidade dos profissionais de saúde, destaca-se a enfermeira obstetra; e pode ser utilizada como estratégia de ensino e de educação em saúde.

Palavras-chave: Parto Humanizado; Saúde da Mulher; Sistema Único de Saúde; Enfermagem Obstétrica.

ABSTRACT

The aim of this study was to report the experience of creating, producing, and disseminating a popular documentary about humanized labor at the SUS with the purpose of informing the population. The film contains testimonials from users assisted in a public maternity hospital in Curitiba, Parana, and from health professionals in that institution. It contains scenes of conducted care based on the best practices recommended by the WHO. Four categories emerged after analysis of the recordings: a) labor as a sacred moment for the woman and baby. What have we done in this process?; b) committed management towards humanization of labor care; c) use of good practices in labor and birth care; d) perception of women and their escorts. The significance of the use of digital technology contributing to sensitize the population about health-related issues was observed, in this case, labor and birth; the role of obstetric nurses was highlighted for an increased visibility by health professionals; and it can be used as a strategy for teaching and health education.

Keywords: Humanizing Delivery; Women's Health; Unified Health System; Obstetric Nursing.

RESUMEN

El objetivo de este estudio ha sido reportar la experiencia de creación, producción y difusión de un documental popular sobre el parto humanizado en el SUS con el propósito de transmitir información sobre el tema a la población. La película se basa en testimonios de pacientes atendidos en una maternidad pública de Curitiba, Paraná y de profesionales de salud de la misma institución. Cuenta con escenas de la atención basada en las buenas prácticas propuestas por la OMS. Tras el análisis de las grabaciones, se determinaron cuatro categorías: a) El parto como momento sagrado para la mujer y el niño. ¿Qué hemos hecho en este proceso? b) Gestión comprometida con la humanización de la atención al parto; c) Empleo de las buenas prácticas durante la atención al parto y al nacimiento; d) Percepción de las mujeres y de sus acompañantes. Se ha constatado la gran contribución de la tecnología digital a la concienciación de la población en cuestiones de salud, en este caso el parto y el nacimiento; para mayor visibilidad de los profesionales de salud se señala a la enfermera obstetra; y que puede ser utilizada como estrategia de enseñanza y de educación en salud.

Palabras clave: Parto Humanizado; Salud de la Mujer; Sistema Único de Salud; Enfermería Obstétrica.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) têm apoiado práticas de cuidado ao parto e ao nascimento que garantam uma atenção materno-infantil qualificada, humanizada e segura.

Em 1996, a OMS publicou o informe *Maternidade Segura*, que recomenda o uso de boas práticas na assistência obstétrica, classificando as recomendações em quatro categorias:

- a. práticas claramente úteis e que devem ser estimuladas;
- b. práticas claramente prejudiciais ou ineficazes e que devem ser eliminadas;
- c. práticas em relação às quais não existem evidências suficientes para apoiar uma recomendação clara e que devem ser utilizadas com cautela, até que mais pesquisas esclareçam a questão;
- d. práticas frequentemente utilizadas de modo inadequado.¹

Entre as práticas que devem ser estimuladas durante o trabalho de parto e parto, destacam-se: a oferta de líquidos por via oral, o apoio empático pelos prestadores de serviço, o respeito à escolha da mulher quanto ao acompanhante durante a parturição, o esclarecimento das dúvidas e fornecimento de informações que as mulheres desejarem, a utilização de métodos não invasivos e farmacológicos para alívio da dor, como massagem e técnicas de relaxamento, o monitoramento fetal por meio de ausculta intermitente, a liberdade de posição e movimento, estímulo a posições não supinas, uso do partograma, contato pele a pele precoce entre mãe e filho e apoio ao início da amamentação na primeira hora pós-parto, conforme diretrizes da OMS sobre o aleitamento materno.¹

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, estabeleceu oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), para tentar dar uma resposta aos grandes problemas mundiais que foram objeto de discussão nas conferências internacionais ocorridas na década de 1990.² No Brasil, esses objetivos são tidos como oito maneiras de mudar o mundo, que devem ser atingidos até 2015. Entre as metas estabelecidas ressalta-se a quarta, reduzir a mortalidade infantil; e a quinta, melhorar a saúde das gestantes, diminuindo em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.² Considerando os compromissos assumidos pelo país com a ONU, foram formuladas políticas públicas a fim de atendê-lo.

O MS instituiu o Programa Nacional de Pré-natal e Nascimento (PHPN) por meio da Portaria GM nº 569, de 1º de junho de 2000, que tem como objetivo primordial assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania.³ Esse programa coloca a humanização da atenção obstétrica e neonatal como elemento primordial para o adequado acompanhamento do parto e do puerpério.³

Posteriormente ao PHPN foram criadas outras legislações, que buscaram garantir a humanização e qualificação do cuidado obstétrico e neonatal, ressaltando-se: a Lei 11.108, de 07 de abril de 2005, que garante às parturientes o direito a acompanhante durante o trabalho de parto, parto e puerpério imediato no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); a Lei 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento da vinculação à maternidade, na qual receberá assistência no âmbito do SUS; a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36, de 03 de junho de 2008, que dispõe sobre regulamento técnico para funcionamento dos serviços de atenção obstétrica e neonatal, incluindo a ambiência, o acolhimento e ações de humanização para a manutenção dos serviços dessa área; a Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha; e a Portaria nº 904, de 29 de maio de 2013, que estabelece diretrizes para implantação e habilitação do Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do SUS, para o atendimento à mulher e ao recém-nascido no momento do parto e do nascimento, em consonância com o componente Parto e Nascimento da Rede Cegonha, e dispõe sobre os respectivos incentivos financeiros de investimento, custeio e custeio mensal.⁴⁻⁸

A Rede Cegonha reforça a proposta do PHPN de adoção de estratégias destinadas a assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade da atenção à mulher no ciclo gravídico-puerperal, bem como na assistência à criança até dois anos de vida.⁵ Foi instituída no âmbito do SUS, constituindo uma linha de cuidados que visa a garantir o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis.

O Brasil tem se empenhado na criação de políticas públicas que visem à humanização e à qualidade da atenção obstétrica e neonatal. Contudo, percebe-se na prática a persistência do modelo tradicional, no qual as mulheres são submetidas às rotinas hospitalares, expropriadas de sua autonomia no processo de parturição e expostas a práticas sem evidências científicas que apoiem seu uso, muitas vezes desnecessárias e prejudiciais à saúde materna e infantil. Situação evidenciada no dossiê "Violência Obstétrica: parirás com dor", publicado no Brasil no ano de 2012.⁹

A humanização do parto e do nascimento busca romper com esse modelo e resgatar a autonomia da mulher, tendo como apoio a adoção de práticas comprovadamente benéficas na parturição.

Para o MS, a humanização compreende dois aspectos fundamentais: a convicção de que é dever das unidades de saúde receber com dignidade a mulher, seus familiares e o recém-nascido; e o uso de medidas e procedimentos sabidamente benévolos para o acompanhamento do parto e do nascimento, evitando o intervencionismo desnecessário, que embora esteja tradicionalmente na prática dos profissionais não beneficiam a

mulher nem o recém-nascido e acarreta com frequência elevados riscos para ambos.¹⁰

O parto é um evento social que integra a vivência reprodutiva de homens e mulheres, representando um processo singular, uma experiência especial no universo do casal, que envolve também suas famílias e a comunidade.⁶ Portanto, o cuidado recebido nesse evento pode repercutir positivamente ou de maneira negativa na experiência reprodutiva da mulher, do recém-nascido, do homem e na forma como a parturição é percebida por eles, pela família e pela comunidade.

A atenção obstétrica do SUS está alicerçada nas legislações supracitadas e tem buscado garantir o que é preconizado, por meio da implantação da Rede Cegonha, do financiamento dos componentes integrantes da rede (atenção no pré-natal, no parto e no nascimento, no puerpério e neonatal), da capacitação de profissionais e do investimento em especializações/residências, bem como a fiscalização dos serviços oferecidos nos diversos níveis de atenção.⁷

Nesse cenário, as maternidades brasileiras integrantes do SUS têm como desafio mudar o modelo de cuidado ao parto e ao nascimento, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS.

O presente estudo tem por objetivo relatar a experiência da criação, produção e divulgação de um documentário popular sobre parto humanizado no Sistema Único de Saúde.

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

Consiste em um relato de experiência sobre a produção de um documentário popular sobre parto humanizado no SUS.

O filme é constituído de depoimentos de usuários atendidos em uma maternidade pública do município de Curitiba-PR e de profissionais de saúde que atuam na instituição. Também contém cenas do cuidado realizado, fundamentado nas boas práticas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde.

A seguir estão expostos os passos para a elaboração do documentário e os resultados alcançados.

O RELATO DA EXPERIÊNCIA

Há tendência atual à transformação do modelo de atenção ao parto e ao nascimento, com enfoque no resgate da autonomia feminina, do nascimento como algo fisiológico e na reinserção da família na cena do parto, elementos que têm gerado novos “modos de cuidar”.

O MS tem apoiado a implementação de estratégias que assegurem às mulheres uma vivência mais positiva na parturição, de forma segura, qualificada e humanizada. Por meio da Rede Cegonha preconiza o uso de práticas de atenção à saúde

baseadas em evidências científicas, nos termos do documento da OMS, de 1996.¹⁷

Diante disso, a maternidade na qual o documentário foi produzido tem reestruturado seus processos para atender às recomendações da OMS e do MS. O primeiro passo tomado foi a sensibilização da equipe de enfermagem para a necessidade de mudança nos processos, posteriormente, a integração de enfermeiras obstetras na equipe de saúde da maternidade, contratadas em dezembro de 2013, por meio de processo seletivo público.

A inserção dessas profissionais na dinâmica do cuidado tem sido um desafio, pois os trabalhadores da área médica demonstraram não conhecer suas atribuições na assistência ao parto e ao nascimento, o que gerou estranhamento por parte dessa categoria e dificuldades na atuação em equipe. Também se percebeu que os usuários, muitas vezes, mostraram não conhecer a enfermagem obstétrica, confundindo-a com outras áreas, como: médica, enfermagem generalista e parteiras.

No mesmo mês foram criados os protocolos de “Boas Práticas de Atenção ao Parto” e de “Estratégias Não Farmacológicas para Alívio da Dor e Promoção do Conforto”, por enfermeiras atuantes na instituição, conforme as recomendações da OMS e da Rede Cegonha e deu-se início à implantação dos mesmos.¹⁷

Nesse cenário repleto de mudanças, identificou-se a necessidade de verificar quais eram as percepções dos usuários referentes ao cuidado recebido e dos profissionais diante da modificação dos processos. Assim, surgiu a ideia de produzir o documentário, que foi denominado *Parto Humanizado: experiências no SUS*.¹¹

Com esse documentário, pretendia-se: a) demonstrar a implementação das boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento, preconizadas pela OMS e pelo MS, em uma maternidade pública, bem como os desafios enfrentados; b) socializar a percepção dos usuários acerca do cuidado ofertado, frente às boas práticas implantadas; c) demonstrar como a enfermeira obstetra é fundamental na mudança do modelo de atenção ao processo de parto e de nascimento e como esta pode contribuir significativamente na humanização e na promoção da segurança da mulher e do recém-nascido.

Foi elaborado um termo de autorização de uso da imagem, o qual foi apresentado previamente a todos os participantes. Foram convidadas a participar do documentário 40 pessoas, destas, 35 aceitaram, assinando o termo.

A coleta dos depoimentos e filmagem dos atendimentos ocorreu de dezembro de 2013 a março de 2014, sendo a mesma realizada por uma enfermeira obstetra, colaboradora da maternidade.

Os discursos foram coletados de forma isolada, gravados por meio de câmera digital. Na coleta das falas dos usuários, a pesquisadora realizou a seguinte indagação: *imagine que você esteja contando seu parto para uma/um amiga/amigo, o que você tem a dizer? Conte sua vivência*. Não foram realizadas intervenções durante as falas dos participantes, os mesmos tiveram liberdade para

relatar o que desejassem. Aos profissionais de saúde entrevistados foi solicitado que relatassem sobre suas percepções em relação à implantação das boas práticas na maternidade.

As gravações referentes ao documentário foram realizadas de duas maneiras: cenas de cuidado fundamentadas nas boas práticas, no centro obstétrico; e entrevistas com usuários e profissionais de saúde, filmadas em diversos espaços da instituição. Esse material foi editado por meio do *Windows Live Movie Maker*. Após a análise e apreciação das gravações, emergiram quatro categorias:

- **categoria 01:** o parto como um momento sagrado para a mulher e para o recém-nascido. O que temos feito nesse processo?
- **categoria 02:** gestão comprometida com a humanização da atenção ao parto;
- **categoria 03:** utilização das boas práticas na atenção ao parto e nascimento;
- **categoria 04:** a percepção das mulheres e de seus acompanhantes.

O documentário elaborado possui 34 minutos e 16 segundos de duração e traz resultados da integração da enfermeira obstetra à equipe de saúde, com autonomia para assistir ao parto e ao nascimento de risco habitual, bem como para implementar estratégias que garantam a humanização. Também revela a percepção dos usuários sobre esse “novo modo de cuidar”.

Este foi lançado oficialmente no dia 27 de março de 2014. Participaram do lançamento os usuários que integraram o filme, os profissionais de saúde, autoridades sanitárias e representantes da sociedade (comissões, controle social). Todos receberam um DVD e foram convidados a divulgar o trabalho. Além disso, foi realizada exposição das fotos tiradas pela enfermeira durante a produção do documentário e, posteriormente, as mesmas foram doadas aos usuários.

REPERCUSSÕES DO DOCUMENTÁRIO

Após o lançamento oficial, o documentário foi colocado na rede mundial de computadores via *Youtube* e, até o presente momento, teve 6.542 visualizações/acessos.

Percebeu-se que o material tem repercutido nas atitudes das mulheres atendidas na maternidade, que têm manifestado mais conhecimento sobre as estratégias não farmacológicas para o alívio da dor implementadas no local, sobre a liberdade e autonomia no parto e seus direitos nesse processo, assim como o reconhecimento da atuação das enfermeiras obstetras. O mesmo tem sido utilizado na sensibilização de gestantes vinculadas à maternidade.

Algumas instituições de ensino superior solicitaram a doação do DVD para uso nas aulas de saúde da mulher, na forma-

ção de enfermeiros, portanto, o material também tem servido como estratégia de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato demonstrou o quanto os depoimentos dos usuários do SUS, acrescidos da utilização da tecnologia digital, podem contribuir para a sensibilização da população para questões relacionadas à saúde, neste caso, o parto e o nascimento; para a maior visibilidade dos profissionais de saúde, destaca-se a enfermeira obstetra; e como pode ser utilizada como estratégia de ensino na formação e educação em saúde.

Com o atual crescimento do uso da rede mundial de computadores para a busca de informações pelos usuários dos serviços de saúde, principalmente nas redes sociais e nos canais de vídeo, considera-se que a produção e divulgação de materiais como o documentário sejam significativas.

Os resultados alcançados ultrapassaram as expectativas iniciais, pois até o presente momento o material possibilitou: o fortalecimento da enfermagem obstétrica no âmbito regional, dando mais visibilidade à categoria, por parte dos usuários do serviço e outros profissionais, possibilitando conhecer suas atribuições; o reconhecimento da enfermeira obstetra como agente significativo na mudança da atenção obstétrica; a valorização dessa profissional na instituição e no cenário local, bem como o fortalecimento de sua autonomia; a sensibilização da equipe de saúde da maternidade quanto à promoção e implementação das boas práticas recomendadas pela OMS e pelo MS na atenção ao parto e nascimento; o empoderamento dos usuários atendidos na instituição; a educação em saúde e formação no ensino superior, norteadas pelo material produzido.

AGRADECIMENTO

Agradecemos à Diretora de Assistência à Saúde da Feaes e à Gerente Assistencial do Centro Médico Comunitário Bairro Novo por viabilizar o desenvolvimento do estudo.

REFERÊNCIAS

1. Organização Mundial da Saúde. Maternidade segura. Assistência ao parto normal: um guia prático. Genebra: OMS; 1996.
2. Brasil. Governo Federal. Municípios fortes, Brasil sustentável. Guia de Apoio para o Alcance das Metas. Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: 2013-2016. Brasília: Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais; 2013.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 569/GM, de 1º de junho de 2000. Institui o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial [da] União, seção 1, p. 4. Brasília, Distrito Federal; 2000.
4. Brasil. Lei nº 11.108 de 07, de abril de 2005. Altera a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, para garantia às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no

- âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial [da] União, número 67, seção 1, p. 1. Brasília, Distrito Federal; 2005.
5. Brasil. Lei 11.634, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento à vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Diário Oficial [da] União, seção 1, p. 2. Brasília, Distrito Federal; 2007.
 6. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da diretoria colegiada - RDC nº 36, de 03 de junho de 2008. Dispõe sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal. Diário Oficial [da] União. Brasília, Distrito Federal; 2008.
 7. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha. Diário Oficial [da] União. Brasília, Distrito Federal. Brasília: MS; 2011.
 8. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 904, de 29 de maio de 2013. Estabelece diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para o atendimento à mulher e ao recém-nascido no momento do parto e do nascimento, em conformidade com o Componente Parto e Nascimento da Rede Cegonha, e dispõe sobre os respectivos incentivos financeiros de investimento, custeio e custeio mensal. Diário Oficial [da] União. Brasília, Distrito Federal; 2013.
 9. Parto do princípio. Violência obstétrica - parirás com dor: dossiê da violência obstétrica. 2012. [Citado 2014 jul. 10]. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.partodoprincipio.com.br%2F%23!faq-violencia-obstetrica%2F%22q&ei=7btXVILPA_cjaOhtgLGn&usq=AFQjCNF354_frBlzPlpdtUZ7dk9lY_1ROPA&sig2=xs3l7ndw3Txb-ZKZAWCQQ&bvm=bv.78677474.d.d2s
 10. Brasil. Ministério da Saúde. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.
 11. Fujita JALM. Parto humanizado: experiências no SUS. Curitiba, Paraná; 2014. [Citado 2014 jul. 10]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2q_My0ZV04I
-